

O PROTAGONISMO JUVENIL NOS DOCUMENTOS DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

YOUTH PROTAGONISM IN HIGH SCHOOL REFORM DOCUMENTS

EL PROTAGONISMO JUVENIL EN LOS DOCUMENTOS DE LA REFORMA DE LA ENSEÑANZA MEDIA

 <https://doi.org/10.56238/arev8n1-055>

Data de submissão: 08/12/2025

Data de publicação: 08/01/2026

Eloar Teixeira de Brito

Mestra em Currículo e Gestão da Escola Básica
Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail:eloar.teixeira@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2049-6993>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6657070511216102>.

Ronaldo Marcos de Lima Araujo

Doutor em Educação

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: rlima@ufpa.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5982-793X>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7901626430586502>

RESUMO

Discutimos neste estudo o conteúdo do discurso de protagonismo juvenil contido na legislação do denominado novo ensino médio, instituído por meio da Lei nº 13.415, de fevereiro de 2017. Nos dedicamos a analisar os documentos referentes a sua implementação, sendo eles: a Medida Provisória nº 746/2016, a Lei nº 13.415 de 2017, o Parecer CNE/CEB nº 3 de 2018, o Parecer CNE/CP nº 15 de 2018, a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM), e o Guia de Implementação do Novo Ensino Médio. Buscamos desenvolver uma análise com base nas informações levantadas nos documentos citados acima, destacando categorias de análises identificadas a partir dos documentos. Serão analisadas, portanto, a partir do recorte empírico das seguintes categorias: juventude; comportamento cidadão; projetos de vida dos estudantes e autonomia. Os resultados revelam que o conteúdo de protagonismo juvenil não possui uma referência única, uma vez que a legislação recorre as várias concepções estudadas, com pontos que ora se aproximam de uma concepção e ora se aproximam de outra concepção, porém, há uma predominância da concepção de moratória social presente nas categorias analisadas. Conclui-se que o conteúdo de protagonismo juvenil está atrelado a um modelo de formação vinculado ao capital, com perspectivas voltadas a atender o mercado de trabalho, baseado em um viés econômico e utilitarista.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio. Juventude. Protagonismo Juvenil.

ABSTRACT

In this study, we discuss the content of the discourse on youth protagonism contained in the legislation of the so-called new high school, established through Law No. 13.415 of February 2017. We dedicated ourselves to analyzing the documents that regulate the New High School. They are: Provisional Measure No. 746/2016, Law No. 13.415 of 2017, CNE/CEB Opinion No. 3 of 2018, CNE/CP Opinion No. 15 of 2018, the National Common Curricular Base for High School (BNCC-EM), and the New

High School Implementation Guide. We sought to develop an analysis based on the information gathered from the aforementioned documents, highlighting analytical categories identified within them. Therefore, the analysis was conducted from an empirical perspective focusing on the following categories: youth, civic behavior, students' life projects, and autonomy. The results reveal that the content of youth protagonism does not have a single reference, as the legislation draws on various conceptions, with points that at times align with one conception and at other times with another. However, there is a predominance of the concept of social moratorium present in the analyzed categories. It is concluded that the content of youth protagonism is linked to an educational model connected to capital, with perspectives aimed at meeting the demands of the labor market, based on an economic and utilitarian bias.

Keywords: High School Reform. Youth. Youth Protagonism.

RESUMEN

Discutimos en este estudio el contenido del discurso del protagonismo juvenil incluso en la legislación de la nombrada nueva enseñanza media, instituida por medio de la Ley nº 13.415, de febrero de 2017. Nos dedicamos a analizar los documentos que regulan la Nueva Enseñanza Media, siendo ellos: la Medida Provisional nº 746/2016, la Ley nº 13.415 de 2017, el Parecer CNE/CEB nº 3 de 2018, el Parecer CNE/CP nº 15 de 2018, la Base Nacional Común Curricular de la Enseñanza Media (BNCC-EM), y el Guía de Implementación de la Nueva Enseñanza Media. Buscamos desarrollar un análisis con base en las informaciones recopiladas en los documentos ya mencionados, destacando categorías de análisis identificadas a partir de los documentos. Serán analizadas, por lo tanto, a partir del análisis empírico de las siguientes categorías: juventud; comportamiento ciudadano; proyectos de vida de los estudiantes y autonomía. Los resultados revelan que el contenido de protagonismo juvenil no posee una referencia única, una vez que la legislación recurre las varias concepciones estudiadas, con puntos que a veces se acercan de una concepción y a veces se acercan de otra concepción, pero, hay una predominancia de la concepción de moratoria social presente en las categorías analizadas. Se concluye que el contenido de protagonismo juvenil está atado a un modelo de formación vinculado al capital, con perspectivas vueltas a atender el mercado de trabajo, basado en un camino económico y utilitarista.

Palabras clave: Reforma de la Enseñanza Media. Juventud. Protagonismo Juvenil.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa o conteúdo do discurso de protagonismo juvenil nos documentos que regulam o Ensino Médio mediante a Lei 13.415 de 2017 a qual pretende estabelecer aos jovens a escolha da trajetória a ser percorrida durante esta etapa de ensino, por meio de itinerários formativos.

A oferta desses itinerários formativos é o principal ponto de partida, segundo o que defende a Reforma, para a liberdade de escolha da juventude inserida nessa etapa de ensino, aliada ao uso do termo “protagonismo juvenil”. Contudo, a Reforma não garante essa possibilidade de escolha, uma vez que o artigo 36 da Lei nº 13.415/2017 pontua que a oferta de itinerários formativos dependerá da possibilidade de cada sistema de ensino, o que entende-se como uma fragilidade no que se refere à formação da juventude da classe trabalhadora, já que a oferta considerará o contexto de cada instituição, e os jovens desta classe serão induzidos a escolher o que estará estabelecido (Brasil, 2017a).

Em seu texto Ferretti, Zibas e Tartuce (2004) alertam para o hibridismo semântico dos discursos que tratam do protagonismo juvenil, no qual deve se considerar certos fenômenos contemporâneos contidos nessa discussão, ou seja, as mudanças na conjuntura social e cultural das quais os jovens são resultado. Pontuam, também, a ambiguidade do termo e as diferentes ideias que o protagonismo juvenil estabelece, onde seu significado está atrelado, na maioria das vezes, à ideia de: “participação”, “formação para a cidadania”, “responsabilidade”, dentre outras. Dependendo do contexto em que for implantado o protagonismo juvenil, possibilita-se a ideia de autonomia e participação ativa dos jovens e, de outro, a ideia de responsabilidade total do caminho e dos resultados futuros que os jovens irão enfrentar em suas escolhas.

2 METODOLOGIA

A abordagem metodológica desta pesquisa é de tipo qualitativa, a qual entende-se que possui contribuições significativas nos campos das investigações humanas e sociais. Por considerar que a presente pesquisa problematiza o conteúdo do discurso de protagonismo juvenil embutido na Reforma do Ensino Médio e possui, como objetivo, analisar o termo e suas diferentes expressões nos documentos da Reforma, entende-se que o uso da abordagem qualitativa de pesquisa se define como adequada, uma vez que para Fraser e Gondim (2004), no que se refere à abordagem qualitativa e compreensiva, a ação humana é intencional e reflexiva, no qual o significado é alcançado a partir das razões e motivos dos autores sociais inseridos no contexto do fenômeno, o que não ocorre com os objetos físicos, foco de análise das ciências naturais.

Para tanto utiliza-se de procedimentos de pesquisa bibliográfica, no qual se realizou um levantamento bibliográfico sobre as produções existentes acerca da Reforma do Ensino Médio e do

protagonismo juvenil. O procedimento da pesquisa bibliográfica e documental conforme Gil (2002) é realizado a partir de um material já elaborado, como livros e artigos científicos.

O tipo de pesquisa empreendida é prioritariamente de tipo documental, no que se fez uma recuperação da legislação da Reforma do Ensino Médio e de documentos referentes à sua implementação, com vista a buscar analisar o uso do termo protagonismo juvenil e suas concepções. Chama-se de “método de análise documental” o processo utilizado para analisar documentos (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015). Os documentos foram: a Medida Provisória nº 746/2016, a Lei nº 13.415 de 2017, o Parecer CNE analisados /CEB nº 3 de 2018, o Parecer CNE/CP nº 15 de 2018, a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM), e o Guia de Implementação do Novo Ensino Médio.

Como técnica de análise de dados, houve uma aproximação com a análise de conteúdo, proposta por Bardin (1977, p. 29), segundo a autora, “[...] desde que se começou a lidar com comunicações, o que se pretende compreender para além dos seus significados imediatos, e, portanto parece útil para a análise de conteúdo”.

Desse modo, faz-se necessário um olhar atento sobre os documentos da Reforma do Ensino Médio, com vistas a entender sob quais perspectivas está subsidiado o uso do termo “protagonismo juvenil” nos mesmos. Pretende-se compreender o fenômeno partindo da compreensão dos perigos de uma interpretação mais imediata e espontânea. Para Bardin (1977, p. 38), “o interesse não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a ‘outras coisas’”.

3 JUVENTUDE

Nas linhas do Parecer CNE/CEB nº15/2018, a noção de juventude abrange a necessidade de não atribuir à categoria uma característica homogênea, como um mero rito de passagem da infância para a maturidade (Brasil, 2018b). A BNCC-EM também descreve sua compreensão de juventude a partir do entendimento da: “[...] a necessidade de não caracterizar o público dessa etapa como um grupo homogêneo [...]” (Brasil, 2017b, p. 462).

A BNCC-EM continua descrevendo em relação à importância de se atribuir a juventude a uma noção ampliada e plural:

[...] trata-se de adotar uma noção ampliada e plural de juventude, entendida como diversa, dinâmica e participativa do processo de formação que deve garantir sua inserção autônoma e crítica do mundo. As juventudes estão em constante diálogo com outras categorias sociais, encontram-se imersas nas questões de seu tempo e tem importante função na definição dos rumos da sociedade (Brasil, 2017b, p. 463).

O Parecer CNE/CP nº 15/2018 também compartilha desse mesmo entendimento de juventude.

Dessa forma, entende-se que os documentos carregam uma perspectiva de juventude que não se alinha à concepção naturalista que entende a categoria aliada a uma fase da vida e sob a definição de um grupo generalizante de ordem natural.

A juventude é entendida, do modo colocado pelos documentos, como um seguimento importante para definir os rumos da sociedade (Brasil, 2018b).

Essa perspectiva se aproxima da concepção relacionada à moratória social em que a juventude é considerada como “força social”. Uma de suas principais referências é o sociólogo Mannheim, Groppo (2003, p. 251) ressalta que para este sociólogo um dos motivos que fazem da juventude uma força latente de renovação social se dá no fato de esta categoria não estar “totalmente integrada ou conformada ao *status quo* da ordem social isto é, até a mais importante que a natural “efervescência” da idade biológica [...]. Ou seja, segundo essa perspectiva é atribuída ao jovem uma inconformidade com o estado atual da sociedade e este ganha um papel importante para definir mudanças na sociedade.

Os jovens nesta concepção têm um papel importante na construção de uma democracia participante, um Estado democrático e uma cidadania ativa (Groppo, 2006).

A BNCC-EM também pontua a necessidade de a categoria juventude não estar associada ao entendimento de jovens como “adultos em formação” (Brasil, 2017b, p. 462). Fazendo uma relação com as concepções de juventude, a concepção referente ao estrutural-funcionalismo caracteriza que os jovens existem em função de uma sociedade secundária, e espera-se que os mesmos sejam frutos de um trabalho de inserção na vida adulta. Nesse sentido, a BNCC-EM se distancia do modo de conceber a juventude referente à concepção de estrutural funcionalismo, uma vez que para a BNCC-EM os jovens não devem ser caracterizados apenas como “adultos em formação”, ou seja, que os mesmos não estejam pautados em uma preparação para atuar no “mundo adulto” como entende o estrutural funcionalismo.

3.1 COMPORTAMENTO CIDADÃO

Destacamos também a categoria “comportamento cidadão” associado ao uso do termo de “Protagonismo juvenil” encontrado nos documentos, destacamos alguns excertos abaixo.

Sobre o comportamento cidadão a BNCC-EM, reflete:

a definição das competências e habilidades para o Ensino Médio articula-se às aprendizagens essenciais estabelecidas para o Ensino Fundamental, com o objetivo de consolidar, aprofundar e ampliar a formação integral dos estudantes, atendendo as finalidades dessa etapa e contribuindo para que cada um deles possa construir e realizar seus projetos de vida, em consonância com os princípios da justiça, da ética e da cidadania (Brasil, 2017b, p.470).

O mesmo documento ressalta também a importância de ganhos éticos para proporcionar a autonomia das decisões e compromisso com valores “como liberdade, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade” (Brasil, 2018b, p. 557), dos estudantes como consequência da ampliação da visão de mundo (Brasil, 2018b).

O Parecer CNE/CP nº 15 de 2018 ressalta em seu Art. 4º:

VI- Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (Brasil, 2018b, p. 23).

Ao desenvolvimento do comportamento cidadão, atrelamos a noção de moratória social oriunda das ideias do sociólogo Mannheim, que se baseia na ideia do jovem como um “ator importante” no desenvolvimento da democracia, a participação cidadã por parte do jovem é um fator necessário no desenvolvimento do protagonismo juvenil, segundo os documentos da reforma. Com relação à participação cidadã do jovem, Ribas Junior (2004, p. 3) descreve que:

No protagonismo juvenil democrático os jovens transcendem o universo de seus interesses puramente particulares e se defrontam com interesse coletivo. Exercitam a sua cidadania ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento da comunidade. Do ponto de vista educacional, o estímulo ao protagonismo juvenil, se justifica, sobretudo, como forma de desenvolvimento da experiência democrática na vida dos jovens.

Desta forma, a ideia de participação dos jovens é segundo Ribas Junior (2004, p. 4) um campo:

[...] fértil para o exercício do protagonismo e do empreendedorismo social pelos jovens é o trabalho voluntário. O envolvimento dos alunos em atividades voluntárias junto a entidades de caráter comunitário permite que eles desenvolvam uma atitude solidária e uma compreensão crítica dos problemas sociais. Para tanto, é fundamental que as escolas e os educadores criem condições pedagógicas que possam propiciar esse aprendizado social e tratem o protagonismo juvenil com a mesma prioridade que deve ser concedida ao aprendizado da língua, da matemática e dos demais componentes curriculares básicos.

Observa-se, nos documentos analisados, a necessidade dos itinerários formativos garantirem a formação para o desenvolvimento do protagonismo juvenil associando a isso a uma formação atrelada a compreensão e intervenção da juventude aos problemas sociais da comunidade, a preocupação com o coletivo, a justiça social, a solidariedade e a sustentabilidade.

A Base Nacional Comum Curricular também define: “[...] a participação política e social; e a construção de projetos pessoais e coletivos, baseados na liberdade, na justiça social, na solidariedade e na sustentabilidade” (Brasil, 2017b, p.466).

Costa (2007) define a necessidade de se entender o aluno como fonte de iniciativa, compromisso e liberdade, e não somente um expectador nos processos pedagógicos. Buscando desse modo a formação de um jovem autônomo, competente e solidário.

Nesse sentido abre-se uma gama de possibilidades à ideia de comportamento cidadão uma vez que a noção de trabalho voluntário também se atrela a ideia de comportamento cidadão e sobre isso Groppo (2009, p. 421) descreve a noção de voluntariado para os que defendem esta perspectiva:

Os que consideram fundamental o voluntariado acreditam que, para ser um verdadeiro cidadão, é necessário participar, de forma voluntária, de projetos sociais. Acreditam ainda que o indivíduo que se recusa ou discorda desse tipo de ação acaba tendo um prejuízo ético e moral, sendo considerado como aquele que não se preocupa e não se compromete com o desenvolvimento social e com a comunidade na qual está inserido, e acaba, por tanto sendo principalmente culpado pelo “atraso” da transformação social que todos almejam.

Nesse sentido, entende-se que o comportamento cidadão pode-se atrelar a perspectiva de juventude solidária, uma vez que a noção de protagonismo juvenil também se associa a ideia de jovem como voluntário como descrito acima.

No Parecer CNE/CEB nº 3 de 2018 o § 2º que dispõe sobre a organização dos itinerários formativos orientado para desenvolver o protagonismo juvenil, destaca em seu Inciso III: “mediação e intervenção sócio cultural supõe a mobilização de conhecimentos de uma ou mais áreas para mediar conflitos, promover entendimentos e implementar soluções para questões e problemas identificados na comunidade.” (Brasil, 2018a, p. 22).

O excerto acima destacado ressalta a importância da formação dos jovens voltada para contribuir na intervir direta ou indiretamente nas questões problemas identificados na comunidade, destacando a necessidade do jovem conviver no mundo atual e atender as exigências sociais da comunidade. Ferretti, Zibas e Tartuce (2004) destacam a urgente necessidade de promover uma formação de valores e atitudes que permite que os sujeitos convivam de forma autônoma com o mundo contemporâneo. A formação para a denominada “moderna cidadania” com a finalidade de atender as exigências sociais.

É a partir dessas perspectivas que se faz a relação das ideias que compõem a concepção de juventude, nos documentos da reforma. A noção de juventude atrelada à ideia de participação cidadã também tem suas vertentes ligadas no incentivo ao voluntariado.

Nossa análise relaciona a ideia de comportamento cidadão ao que a concepção de juventude como moratória social define sobre o papel da juventude como a força que pode consolidar um Estado democrático e propagar uma cidadania ativa (Groppo, 2004a).

3.2 PROJETOS DE VIDA DOS ESTUDANTES

A Reforma do Ensino Médio traz a proposta de formar os jovens com vistas a assegurar que os mesmos possam definir seus projetos de vida, Alves e Oliveira (2020, p. 23) relatam que: “As propostas curriculares que as redes estaduais de educação têm delineado desde a aprovação da BNCC do ensino médio ratificam a centralidade do projeto de vida em currículos e projetos”. A BNCC-EM traz, a respeito de “projetos de vida” a seguinte colocação:

Considerar que há **juventudes** implica organizar uma escola que escolha as diversidades e que reconheça os jovens como seus interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem. Significa, ainda, assegurar aos estudantes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, faculte-lhes definir seus **projetos de vida**, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos (Brasil, 2017b, p. 463).

A necessidade da Reforma do Ensino médio permitir que os jovens definam seus projetos de vida também está pontuada no § 5º da Medida Provisória 746/2016:

Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seus projetos de vida e para a sua formação nos aspectos cognitivos e sócio emocionais, conforme diretrizes definidas pelo ministério da educação (Brasil, 2016b, p. 2).

A Lei 13.415 de 2017 define da mesma forma a proposta de construção de projetos de vida, uma vez que é decorrente da MP 746/2016, O Parecer CNE/CP também não difere desse entendimento.

O Guia de Implementação do Ensino Médio, vincula a materialidade do Protagonismo Juvenil a escolha dos itinerários formativos ajustados aos projetos de vida dos estudantes:

Os currículos do Novo Ensino Médio terão uma parte referenciada na BNCC (formação geral básica) e os itinerários formativos, que oferecem caminhos distintos aos estudantes ajustados às suas preferências e ao seu projeto de vida, cuja a oferta considera as possibilidades de escolas e redes é principalmente na escolha do itinerário, portanto, se materializa o protagonismo juvenil (Brasil, 2018c, n.p).

O mesmo documento ressalta:

Considerando as competências gerais da BNCC e a LDB, as redes deverão definir estratégias para trabalhar o desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes, como orientação vocacional e profissional para o mundo do trabalho, atividades para trabalhar a capacidade dos estudantes de definirem objetivos para a sua vida pessoal, acadêmica, profissional, cidadã, de se organizarem para organizarem suas metas, de exercitarem determinação, perseverança e autoconfiança para realizar seus projetos presentes e futuros. Este também pode ser um espaço importante para ajudar os estudantes na escolha de seus itinerários formativos (Brasil, 2018c, n.p).

O Parecer CNE/CP nº 15 de 2018 que institui a BNCC, define:

[...] A BNCC-EM propõem a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à aplicação desse conhecimento na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em suas aprendizagens e na construção de seus projetos de vida. (Brasil, 2018b, p. 9).

Utilizamos das contribuições de Leão, Dayrell e Reis (2011, p. 1072), no que se refere à ideia de projeto de vida que segundo eles:

A ideia de projeto de vida remete a um plano de ação que o indivíduo se propõem a realizar em relação a alguma esfera de sua vida (profissional, escolar, afetivo etc.) em um arco temporal mais ou menos largo. Tais elaborações dependem sempre de um campo de possibilidades dado pelo contexto sócio econômico e cultural no qual cada jovem se encontra inserido e que circunscreve suas experiências.

Para situar melhor a questão do tempo, projetos de vida e futuro Leccardi (2005, p. 35) ressalta a ideia que denominada de “diferimento das recompensas” para explicar melhor: “O adiamento para um tempo vindouro a satisfação possível que o tempo presente pode garantir, em vistas dos benefícios que esse adiamento torna possíveis- estava na base dos processos modernos de socialização”.

Leccardi (2005, p. 35) ressalta também que:

Se considerarmos a fase juvenil como uma fase de “preparação” para a vida adulta, o diferimento das recompensas aparece como a chave para garantir o sucesso dessa última. Nessa perspectiva, com efeito, é em virtude da capacidade de viver o presente em função do futuro [...].

Nesse sentido, entendemos que a forma como se comprehende o tempo presente está atrelado: “Aqui, o presente não é apenas uma ponte entre o passado e o futuro, mas a dimensão que “prepara” o futuro” (Leccardi, 2005, p. 35). Este ponto é necessário para esclarecer a perspectiva que os documentos trazem a respeito das palavras-chave que se atrelam ao uso do termo de “protagonismo juvenil”.

Ao refletirmos a respeito da ideia “projetos de vida” elencamos também a ideia de tempo e futuro. O futuro é fortemente colocado nos documentos da Reforma do Ensino Médio aliado a ideia de projetos de vida, no entanto, é necessário refletir a respeito do futuro incerto que as perspectivas atuais de mercado de trabalho estão baseadas, segundo Leão, Dayrell e Reis (2011, p. 1073):

[...] o futuro aparece como um horizonte temporal subjetivamente influenciável, à disposição dos indivíduos como espaço de experimentação, e a projeção do tempo torna-se uma forma de controlar as incertezas do futuro através das próprias forças intelectuais.

A respeito das perspectivas de “preparação para o futuro” como palavra-chave atreladas a ideia de “projetos de vida” evidencia-se que se aproxima da concepção estrutural funcionalista na qual entende os jovens como um grupo que existe em função de uma sociedade secundária, na qual se espera os jovens a integração à vida adulta (Groppo, 2004a). No que se refere a “futuro influenciável como espaço de experimentação” se aproxima da concepção de moratória social, na qual entende a juventude “como um tempo especial no curso da vida para a experimentação”. Para Mannheim a juventude é um tempo importante para a experimentação:

[...] a juventude é assim concebida como fase da vida em que há uma vinculação experimental com a realidade e os valores sociais, contrastando com a maturidade, quando o indivíduo julgará novas experiências sociais com base nos padrões já sedimentados de modo mais racional e reflexivo (Groppo, 2015, p. 8).

Nesse sentido, a ideia de projetos de vida se atrela a concepção de “moratória social” no que se refere à noção de juventude como tempo da vida para experimentação, e a noção de juventude como “preparação para o futuro” se aproxima da concepção estrutural-funcionalista de juventude

3.3 AUTONOMIA

A BNCC-EM, relata a respeito da necessidade e formar jovens autônomos e responsáveis: “[...] cabe às escolas de ensino médio contribuir para a formação de jovens críticos e autônomos, entendendo a crítica como a compreensão informada dos fenômenos naturais e culturais, e a autonomia como a capacidade de tomar decisões fundamentadas e responsáveis” (Brasil, 2017b, p. 463).

O mesmo documento também relata que, para garantir suas finalidades as escolas que escolhe juventudes devem garantir:

Do estímulo ao desenvolvimento de suas capacidades de abstração, reflexão, interpretação, proposição e ação, essenciais à autonomia pessoal, profissional, intelectual e política e do estímulo ao protagonismo dos estudantes em sua aprendizagem e na construção de seus projetos de vida (Brasil, 2017b, p. 465).

O Guia de Implementação do Novo Ensino Médio, também descreve a importância do incentivo à autonomia dos estudantes “[...] incentivo ao protagonismo, à autonomia e à responsabilidade dos estudantes por suas escolhas e seu futuro” (Brasil, 2018c, n.p).

Costa (2007) sobre autonomia ressalta que é “um estágio avançado de protagonismo no qual os educandos já se desincumbem de todas as etapas de uma ação protagônica sem que seja necessário o envolvimento dos educadores” (Costa, 2007, n.p).

A autonomia, por sua vez é uma característica importante também para uma formação baseada em uma perspectiva emancipatória e não vinculada a perspectiva do capital, e nesse sentido a autonomia está baseada sobre a compreensão que ressalta Araujo e Frigotto (2015, p. 74):

[...] é entendida como capacidade de os indivíduos compreenderem sua realidade, de modo crítico, em articulação com a totalidade social, intervindo na mesma conforme as suas condições objetivas e subjetivas. Em outras palavras, reconhecendo-se como produto da história, mas também como sujeito de sua história.

No aspecto citado acima, considera-se que o entendimento de ação autônoma está atrelada a um viés emancipatório capaz de formar o indivíduo que compreenda a sua realidade de modo crítico que se reconheça como produto e também como sujeito da história.

Contudo, a autonomia que sustenta a reforma do ensino médio se atrela a uma perspectiva ligada ao capital, baseada em uma formação que os responsabilize por suas escolhas e seu processo de ensino.

4 CONCLUSÃO

No presente texto tratamos do conteúdo do discurso de protagonismo juvenil nos documentos que regulam o “novo” ensino médio, a Lei 13.415 de 2017 estabeleceu uma mudança curricular na última etapa do Ensino Médio através dos itinerários formativos na qual se debruça a ideia de escolha dos jovens por meio de seu protagonismo, contudo verificamos que a oferta de itinerários formativos dependerá das possibilidades de cada sistema de ensino, como disposto no Art. 36 da própria Lei 13.415/2017, dessa forma verificamos que há uma fragilidade na garantia da escolha e do protagonismo dos jovens.

Depreende-se que a noção de juventude enquanto objeto de pesquisa foi por muito tempo aliada a uma concepção naturalista na qual a mesma é entendida de forma genérica e natural, em decorrência dos problemas obtidos pelo processo de modernização da sociedade, advém à concepção funcionalista de juventude, na qual, concebe a juventude como etapa de preparação contradições da sociedade e a concepção de juventude pós-moderna na qual a juventude é considerada um “estilo de vida” um “estado de espírito”.

Diante disso, a análise dos documentos da Reforma do Ensino Médio, sendo eles a Medida Provisória 746 de 2016, a Lei 13.415 de 2017, o Parecer CNE/CEB nº 3 de 2018, o Parecer CNE/CEB nº 15 de 2018, a Base Nacional Comum Curricular e o Guia de implementação do novo Ensino Médio nos levou a extrair vários termos associados ao protagonismo juvenil e são esses termos que nos ajudaram a conhecer e a explicar o conceito e a concepção de protagonismo juvenil presente nos

documentos citados. Logo, tais termos encontrados serviram de categorias de análise para chegarmos à concepção de juventude, na qual nos desafiamos a buscar nesse trabalho. Desse modo por meio dos termos: juventude; comportamento cidadão; projetos de vida dos estudantes e autonomia. Dos quais subsidiaram as nossas análises, neste trabalho, e nos permitiram a extrair a concepção ou as concepções presentes no discurso de protagonismo no discurso da Reforma do Ensino Médio.

Assim sendo, ao descrevermos as tendências e as teorias ressaltamos, de acordo com os estudos que nos subsidiaram teoricamente, que as mesmas perpassam entre uma e outra no seu modo de conceber a juventude, ou seja, que ao surgir uma nova teoria a mesma não rompe definitivamente com as características teóricas e tendências anteriores.

Desse modo, das categorias retiradas dos documentos, a categoria juventude se distancia da concepção de estrutural funcionalismo que entende a juventude como uma etapa de preparação para o mundo adulto, e da concepção naturalista de juventude que a concebe de uma forma generalizante e de ordem natural e se aproxima da concepção de moratória social na qual a juventude é entendida como “força social”.

Na categoria comportamento cidadão, a participação dos jovens é um fator importante para o desenvolvimento do protagonismo juvenil, a formação do jovem é atrelada a perspectiva de intervenção da juventude aos problemas sociais da comunidade. Atrelamos esta categoria à concepção de moratória social na qual o jovem é considerado como um ator importante para o desenvolvimento da democracia.

Já a categoria projetos de vida dos estudantes, os documentos analisados ressaltam a importância da formação da juventude ser voltada para a construção de seus projetos de vida no que se refere ao trabalho e em sua vida pessoal, de acordo com nossas análises esta categoria pressupõem que a juventude viva o presente baseado na preparação para o futuro, se aproximando desse modo da concepção de estrutural funcionalismo, na qual entende a juventude como uma etapa de preparação para a vida adulta, além de a categoria projetos de vida dos estudantes se aproxima também a concepção de moratória social, quando entende a juventude como espaço da vida favorável a experimentação.

A categoria autonomia, por sua vez, identificamos nas análises, decorrentes desse trabalho, que a ação autônoma sustentada nos documentos da Reforma do Ensino Médio, está atrelada a perspectiva vinculada ao capital e com a intencionalidade de responsabilização dos jovens ao seu processo de ensino.

Dessa forma, o presente trabalho possuía como objetivo, identificar o conceito de protagonismo juvenil presente nos documentos da reforma, bem como algumas de suas implicações, diante disso

identificamos que o conceito de protagonismo juvenil, analisado nos documentos da Reforma do Ensino Médio, através das categorias citadas acima, não possui claramente uma concepção definida, uma vez que ora se atrela ao entendimento de uma ora se atrela ao entendimento de outra, ou seja, as concepções coexistem e possuem características comuns umas das outras, apesar de que há a noção de juventude como moratória social, bastante presente em quase todas as categorias analisadas.

Analisamos também, com vistas a responder a respeito das possíveis implicações do conteúdo de Protagonismo Juvenil, presente nos documentos da Reforma, que este conceito está atrelado a uma ideia de juventude como participante ativa, autônoma e responsável por suas escolhas. E por sua origem está situada em um momento histórico de mudanças no mundo do trabalho, bem como com bases em referências alinhadas a autores que possuem viés nos Organismos Internacionais.

Concluímos dessa forma que, o conteúdo de Protagonismo Juvenil está atrelado ao modelo de formação vinculada ao capital, com perspectivas voltadas a atender o mercado baseado em uma formação aligeirada e sobre frágil argumento de protagonismo dos jovens, as possíveis implicações na formação dos jovens do ensino médio no país, será de formar a juventude da classe trabalhadora baseada em um viés econômico, utilitarista, vinculada ao capital ao trabalho imediato e muitas vezes precário e informal, em detrimento de uma formação humana ampla e que possibilite essa juventude a conseguir entrar na universidade por exemplo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virgínia de (org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. 2 ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em questão**, Natal, v. 55, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015.

ALVEZ, Míriam Fábia; OLIVEIRA, Valdirene Alves de. Política Educacional, Projeto de Vida e Currículo do Ensino Médio: Teias e Tramas Formativas. **Humanidades & Inovação**. v. 7, n. 8, p. 20-35, fev./mar. 2020.

BARDIN, Laurece. **Análise de Conteúdo**. 70 ed. Lisboa - Portugal: Lda, 1977.

BRASIL. **Lei nº 13.451, de 16 de fevereiro**. Brasília-DF, fev. 2017a. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº746 de 22 de setembro de 2016**. Brasília, DF: Presidência da República. 2016b.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: DF: MEC, 2017b.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº3/2018/MEC**. Brasília-DF: Ministério da educação, 08 nov. de 2018a.

BRASIL. **Parecer CN/CP nº 15/2018/MEC**. Brasília-DF: Ministério da educação. 04 dez. de 2018b.

BRASIL. **Guia de implementação do novo ensino médio**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018c. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/#!/guia>. Acesso em: 08 set. 2020.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Protagonismo Juvenil**: O que é e como praticá-lo. 2007. Disponível em: <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/costa-protagonismo.pdf>. Acesso em: 13 maio 2021.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Adolescente como Protagonista**. 2007. Disponível em: <http://protagonismojuvenil.blogspot.com/2007/06/o-adolescente-como-protagonista.html>. Acesso em: 10 maio 2021.

FRAZER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Padéia**, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

FERRETTI, Celso João; ZIBAS, Dagmar; TARTUCE, Gisela Lobo. Protagonismo Juvenil na Literatura Especializada e na Reforma do Ensino Médio. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 411-423, maio/ago. 2004.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os novos “Reformadores”. In: **A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed, São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas; 1987.

GROOPPO, Luís Antonio. Contracultura, juventude e lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 62-72, 2004b.

GROOPPO, Luís Antonio. Educação e juventude como técnicas sociais na obra de Karl Mannheim. **Revista ciências da educação**, São Paulo, ano 05, n. 09, p. 233-255, 2003.

GROOPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de educação do Cogime**, ano 13, n. 25, p. 9-22, dez. 2004a.

GROOPPO, Luís Antonio. A condição juvenil e as “tradições ocultas” da juventude: o funcionalismo e a tese da moratória social na análise das rebeldias juvenis. In: culturas jovens urbanas e novas configurações subjetivas. **30º Encontro anual da ANPOCS**, out., 2006, p. 2-30.

GROOPPO, Luís Antonio; ZAMARIAN, Maria Jussara. Juventude e voluntariado: considerações sobre o novo modelo de participação social e os jovens no Brasil. **Ciências da educação-UNISAL**, São Paulo, n. 21, p. 409-436, 2009.

GROOPPO, Luís Antonio. Teorias Críticas da Juventude: geração, moratória social, e subculturas juvenis. **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 4-33, jan./jul. 2015.

GROOPPO, Luís Antonio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil Contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, n.1, p. 383-402, jan/jun. 2016.

KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danuza de Lara. Pesquisa Documental na pesquisa qualitativa: conceitos e qualificação. **Revista de investigaciones UNAD**, v. 14. n. 2, p. 55-73, jul./dez. 2015.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista. Juventude Projetos de vida e ensino médio. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, out./dez. 2011.

LECCARDI, Carmem. Um novo significado do futuro: mudança social jovens e tempo. **Tempo social**, v.17, n. 2, p. 35-57, nov. 2005.

RIBAS JR, Fabio Barbosa. **Educação e protagonismo juvenil**. 2004. Disponível em https://www.prattein.com.br/home/images/stories/230813/Juventude/Educao_Protagonismo.rtf.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.